



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

## RELATÓRIO FINAL

### Bloco I – Dados da Etapa

1. Marcar com um “X” o tipo de Etapa realizada:

Seminário Temático	
Conferência Livre	X
Conferência Municipal Eletiva	
Conferência Municipal Preparatória	
Conferência Estadual	
Conferência Regional	

2. Local e data de realização da Conferência:

Data: <b>02 e 03 de julho de 2009</b>
UF: <b>Sergipe</b>
Município: <b>Aracaju/SE</b>
Local: <b>Quality Hotel Aracaju, localizado na Avenida Delmiro Golveia, nº 100, bairro Coroa do Meio</b>

2. Lista completa dos participantes da Etapa:

Allan Denis Rocha de Mendonça
Antonio Carlos Nazario
Antonio Eivaldo H. de Souza
Antônio José Almeida de Moraes
Ariel Tenorio
Ascânio Rodrigues C. Junior
Bernardino Gayoso
Carlos José da Silva
Carlos Lacerda Passos
Claedison Gonçalves Alves da Silva
Claudio da Silva Lima
Cláudio Marinho da Silva Neto
Clovis Carlos Garcez
Divinato da Consolação Ferreira
Edgar Guilherme C. Filho
Edson Fernandes da Silva
Evandro Soares
Fábio Nunes Castro
Fernando Bandeira
Francisco de Assis Carvalho Neto
Francisco Estenio Barbosa Lima
Gilmar Oliveira Alves
Ivan Oliveira Silva
Ivone Conceição Almeida Cunha
Janio Bosco Gandra
João Alexandre Fernandes Menezes

João Antonelli  
José Carlos Gomes da Silva  
José Edeilton Gomes dos Santos  
Josimar Melo dos Santos  
Leonel Jorge Rodrigues  
Luis Alberto Mesquita Marques  
Luis Henrique Lamadril  
Magda Regina S. Lopes  
Marcos Costa  
Marcos de Oliveira Mauricio  
Mariano M. Moraes  
Mauricio Rodrigues Buriti  
Moyses Limeira Martins  
Nader Nunes Dias  
Paulo Flávio Carvalho  
Plínio Vieira Nascimento  
Ricardo dos Reis Tavares  
Roberto Pizzi Gomes Filho  
Ruben José de Miranda

### 3. Organizações que coordenaram a Etapa:

**Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL) e Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Sergipe (SINPOL/SE)**

### 5. Dados do responsável pelo preenchimento deste relatório:

a. Nome completo: **RICARDO DOS REIS TAVARES**

b. Organização: **SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE SERGIPE (SINPOL/SE)**

c. E-mail: [ricardo.reis\\_se@yahoo.com.br](mailto:ricardo.reis_se@yahoo.com.br)

d. Telefones (com DDD): **(79) 3214-0103 // (79) 8839-5988**

## Bloco II – Propostas

### 1. Breve descrição analítica da Etapa:

A Conferência Livre organizada em parceria pela COBRAPOL e pelo SINPOL, realizada como etapa final do IX Congresso Nacional da COBRAPOL, onde representantes de 20 Estados brasileiros deliberaram acerca dos pontos que consideram fundamentais para o norteamento das políticas de segurança pública do país. Inicialmente procedeu-se a explicação por parte do presidente da COBRAPOL, Jânio Bosco Gandra, acerca da metodologia a ser empregada, bem como da importância do evento enquanto etapa eletiva da CONSEG. Sendo que logo em seguida, procedeu-se à divisão de 5 grupos de trabalho, cada qual responsável pela elaboração e propositura de suas contribuições com fins à posterior apreciação em plenária, referentes aos eixos temáticos de 1 a 5. Cabendo a cada um dos grupos eleger, dentre seus integrantes, o relator e o facilitador que operacionalizariam a execução do trabalho, dentro das normas da CONSEG e tomando por referência o texto-base, cuja posse e leitura precedeu ao início dos trabalhos. Concluídas as atividades dos grupos, as contribuições foram dispostas em painéis, organizados a partir do eixo temático, no caso das diretrizes, e em um painel específico, no caso dos princípios. Sendo então organizada uma plenária para discussão das propostas, simultaneamente à instalação de um debate junto aos propositores. Enfim, dado o conhecimento a todos os presentes das propostas em apreciação, foi iniciado o processo de votação para definição dos princípios e diretrizes que deveriam constar do presente relatório, sendo a apuração coordenada pelo organizador Jânio Bosco Gandra, sendo que da apuração restou deliberado o que segue reproduzido no item 3 do presente bloco.

Avalia-se a presente Conferência Livre como extremamente proveitosa, para a definição dos anseios específicos da Polícia Civil, sobretudo devido à presença de integrantes da absoluta maioria dos estados brasileiros. Permitindo a percepção mais ampla dos anseios dos diversos atores sociais envolvidos na dinâmica da segurança pública de diversas localidades.

## 2. Forma de utilização do Texto-base na Etapa:

Em cada grupo de trabalho a leitura do “Texto-base” precedeu as discussões, servindo de norteador para a definição dos princípios e diretrizes formulados.

## 3. Relação de PRINCÍPIOS priorizados no final da Etapa:

Ordem de prioridade	Princípios
1	<b>A Segurança Pública como uma política de Estado, com projetos que contemplem os direitos universais e os direitos humanos de toda a sociedade democrática, sem distinção de cor, sexo, religião e classe social</b>
2	Segurança Pública alicerçada no orçamento participativo (sociedade civil e trabalhadores)
3	<b>A Segurança Pública como política de Estado, contemplando a valorização e a qualificação profissional</b>
4	A Segurança Pública deve ser pautada na integração de ações sociais governamentais voltadas para a construção da cultura da paz
5	<b>O Plano Nacional de Segurança Pública deve pautar-se na implementação de um órgão ministerial que verse exclusivamente sobre Segurança Pública</b>
6	A Segurança Pública deve ser dotada de mecanismos de financiamento permanentes (constitucionalmente garantidos)
7	A Segurança Pública deve se pautar na valorização dos seus trabalhadores e no respeito aos direitos humanos

## 4. Relação de DIRETRIZES priorizadas no final da Etapa:

Ordem de prioridade	Diretrizes	Informar o número do Eixo Temático relacionado
1	<b>A Segurança Pública deve implementar Lei Orgânica e carreira única com atribuições de nível superior para as polícias judiciárias</b>	3
2	<b>A Segurança Pública deve garantir a aposentadoria especial aos 30 anos de contribuição para homens e 25 anos para a mulher, sendo no mínimo 20 anos de efetivo exercício na atividade policial, garantindo-se a integralidade e a paridade</b>	3
3	<b>Transformação imediata da SENASP em Ministério da Segurança Pública, com orçamento vinculado, nos moldes da educação e saúde</b>	1
4	<b>Valorização profissional e equiparação</b>	3

	<b>remuneratória das atividades de polícia judiciária do Brasil</b>	
<b>5</b>	Transformação da atual SENASP em Ministério da Segurança Pública com a federalização das polícias e criação do fundo constitucional de segurança pública, nos moldes da saúde e educação	<b>1</b>
<b>6</b>	A Segurança Pública deve fixar o número de policiais e carga horária seguindo as orientações da ONU e da OIT	<b>3</b>
<b>7</b>	Inclusão na composição do Conselho Nacional de Segurança Pública de representantes da categoria de trabalhadores em Segurança Pública	<b>1</b>
<b>8</b>	Criar carreira única no âmbito de cada instituição de Segurança Pública com acesso único	<b>3</b>
<b>9</b>	A Segurança Pública deve garantir salário nacional unificado para as polícias judiciárias do Brasil	<b>3</b>
<b>10</b>	Transformar as academias de polícia civil e militar em academias de Segurança Pública, possibilitando a realização de convênios com entidades congêneres, viabilizando a: a) capacitação dos servidores na legislação e doutrina pertinente aos direitos humanos; b) criação de cursos de graduação em Segurança Pública “curso superior de Segurança Pública	<b>4</b>
<b>11</b>	Condicionar o repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública aos entes federados, com um percentual destinado para a qualificação e valorização dos servidores policiais civis	<b>2</b>
<b>12</b>	A Segurança Pública deve implementar uma política nacional de formação qualificada e continuada com grade curricular única	<b>4</b>
<b>13</b>	Exigir que a forma de ingresso nos cargos de Polícia Judiciária seja de nível superior, bem como suas atribuições	<b>3</b>
<b>14</b>	Federalizar as polícias judiciárias estaduais e do DF	<b>1</b>
<b>15</b>	O Estado custeará plano de saúde física e mental, seguro por morte, indenização por invalidez permanente com aposentadoria integral para os policiais vitimados.	<b>3</b>
<b>16</b>	Criação de um órgão nacional de estatísticas e de pesquisa da criminalidade para subsidiar ações e gestão da segurança pública, possibilitando o direcionamento dos investimentos, visando a padronização dos procedimentos estatísticos estaduais	<b>4</b>

<b>17</b>	A Segurança Pública deve primar pelo fim das carceragens em delegacias em todo o território nacional	<b>3</b>
<b>18</b>	Modernização das técnicas de investigações com investimentos em equipamentos para o combate e prevenção da criminalidade (crimes virtuais)	<b>4</b>
<b>19</b>	Controle e limitação da atividade de segurança privada através do Ministério da Segurança Pública, PF e MP, com fiscalização do Conselho Nacional de Segurança Pública	<b>1</b>
<b>20</b>	Criação de um banco de dados interligados entre as polícias estaduais e a do Distrito Federal	<b>4</b>
<b>21</b>	Criar fundo exclusivo para financiar a qualificação e treinamento voltados unicamente para a repressão da criminalidade	<b>4</b>

#### **5. Breve avaliação da Etapa:**

Tendo em vista os objetivos a serem alcançados pela CONSEG, a etapa preparatória em foco resultou como extremamente positiva uma vez que permitiu o contato e debate democrático e qualificado entre representantes da classe dos trabalhadores policiais civis das mais diversas localidades e sujeitos às mais diversas realidades, o que garantiu ao evento tanto um excelente aproveitamento ímpar como um retrato mais confiável acerca dos anseios dos policiais civis acerca do que se espera ver concretizado na área da segurança pública.